

Trajetórias de indígenas Kaingang na criação do coletivo de mulheres GT-07. Desarrollo territorial y local: desigualdades y descentralización.

Elaine Marisa Andriolli, Alice Do Carmo Jahn Do Carmo Jahn, Maria Inês De Freitas, Maria Da Graça Porciúncula Soler, Gabriela Manfio Pohia Lisboa Neris, Jessica Mazzone, Viviane Ottonelli Costa Ottonelli Costa, Antônio Joreci Flores, Marta Cocco Da Costa, Ethel Bastos Da Silva, Loreci Santos y Jesson Marchesan.

Cita:

Elaine Marisa Andriolli, Alice Do Carmo Jahn Do Carmo Jahn, Maria Inês De Freitas, Maria Da Graça Porciúncula Soler, Gabriela Manfio Pohia Lisboa Neris, Jessica Mazzone, Viviane Ottonelli Costa Ottonelli Costa, Antônio Joreci Flores, Marta Cocco Da Costa, Ethel Bastos Da Silva, Loreci Santos y Jesson Marchesan (2017). *Trajetórias de indígenas Kaingang na criação do coletivo de mulheres GT-07. Desarrollo territorial y local: desigualdades y descentralización. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/3535>



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

TRAJETÓRIAS DE INDÍGENAS KAINGANG NA CRIAÇÃO DO COLETIVO DE MULHERES

GT-07. Desarrollo Territorial y Local: Desigualdades y Descentralización

Elaine Marisa Andrioli, elainemarisa@hotmail.com – UFRGS - BRASIL
Alice do Carmo Jahn, jahnalice@gmail.com – UFSM - BRASIL
Loreci dos Santos, lorecisantosls@gmail.com – UFSM - BRASIL
Maria Inês de Freitas, mariaines@yahoo.com.br – UFRGS - BRASIL
Maria da Graça Porciúncula Soler, gracasr@hotmail.com – UFSM – BRASIL
Antônio Joreci Flores, a1flores@terra.com.br – UFSM - BRASIL
Gabriela Manfio Pohia Lisboa Neris, gabimanfio@gmail.com – UFSM - BRASIL
Jessica Mazzonetto, jee.mazzonetto@gmail.com – UFSM - BRASIL
Michel Barboza Malheiros, michelmalheiros@hotmail.com – UFSM - BRASIL
Viviane Ottonelli Costa, vivottonelli@hotmail.com – NEDETNOEC - BRASIL

Resumo

A busca das mulheres indígenas por espaços na defesa dos direitos de cidadania e a manutenção de suas práticas culturais que vem acontecendo no Brasil, também é verificada na Terra Indígena Guarita no Estado do Rio Grande do Sul (RS). As mulheres indígenas buscam articulações sociais e políticas em grupos, associações, organizações e instituições, no fortalecimento de suas reivindicações e preservação dos saberes culturais. A Terra Indígena Guarita, é uma área demarcada com cerca de 23 mil hectares, e abriga o maior contingente de população Kaingang no Estado do Rio grande do Sul, com aproximadamente 7 mil indígenas, de uma população total, de 37 mil pessoas desta etnia no país. O recorte geográfico do estudo fica na região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, Brasil, e abrange parte dos municípios de Tenente Portela e Redentora. Neste contexto, o presente trabalho consiste em descrever a trajetória de mulheres Kaingang da Terra Indígena da Guarita-RS para criar o Coletivo de Mulheres Indígenas. O caminho adotado nesta construção vem acontecendo no convívio com as atoras sociais, encontros e roda de conversa, debates, registro em diário de campo e mediante as observações participantes. Destaca-se que o elo e vínculos dos pesquisadores junto às mulheres Kaingang aconteceram no decorrer do desenvolvimento de um projeto de pesquisa e extensão, aprovado na Chamada Pública do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Ministério de Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Políticas Para as Mulheres, nº 11 de 2014, (que propõe apoio à implementação e manutenção de um Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial. Para as reflexões e discussões do estudo adotamos referenciais que abordam culturas e autores que contemplam a diversidade étnica e políticas públicas voltadas em especial às mulheres e seus saberes. Através da articulação das indígenas se observa sua organização social em defesa de direitos como cidadãs brasileiras preservando sua autonomia.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Palabras-chave: Mulheres Indígenas; Etnia Kaingang; Poder; Participação Política.

Abstract

The search of indigenous women for spaces in defense of citizenship rights and the maintenance of their cultural practices that are happening in Brazil, is also verified in Guarita Indigenous Land in the State of Rio Grande do Sul (RS). Indigenous women seek social and political articulations in groups, associations, organizations and institutions in the strengthening of their demands and preservation of cultural knowledge. The Guarita Indigenous Land is a demarcated area of about 23,000 hectares, and houses the largest contingent of the Kaingang population in the state of Rio Grande do Sul, with approximately 7,000 indigenous people, out of a total population of 37,000. The geographic cut of the study is in the Northwest region of the state of Rio Grande do Sul, Brazil, and covers part of the municipalities of Tenente Portela and Redentora. In this context, the present work consists of describing the trajectory of Kaingang women from the Indigenous Land of Guarita-RS to create the Collective of Indigenous Women. The path adopted in this construction has been going on in the conviviality with the social actors, meetings and discussion, debates, recording in the field diary and through the participant observations. It is noteworthy that the link and researchers' links with Kaingang women happened during the development of an extension project, approved in the Public Call of the National Council of Scientific and Technological Development / Ministry of Agrarian Development / Secretariat of Policies for Women, No. 11 of 2014, which proposes support for the implementation and maintenance of a Extension Nucleus in Territorial Development. For the reflections and discussions of the study we adopt references that approach cultures and authors that contemplate ethnic diversity and public policies focused especially on women and their knowledge. Through the articulation of the natives one can observe their social organization in defense of rights as Brazilian citizens, preserving their autonomy.

Keywords: Indigenous Woman; Kaingang Ethnic Group; Power; Political Participation



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

1 Introdução

A Terra Indígena Guarita (TIG), maior reserva indígena do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil, da Etnia Kaingang, conta com mais de 23 mil hectares de área, abrangendo os municípios de, Redentora, Tenente Portela e Erval Seco. É nestas localidades que os índios cultivam alimentos como feijão, batata doce, mandioca, moranga, abóbora, cana de açúcar, amendoim, arroz e diversas variedades de milho crioulo, são utilizados para o autoconsumo e a produção excedente, são comercializados internamente na Terra Indígena Guarita-TIG e no comércio dos municípios a qual pertencem. Os índios Kaingang são considerados um dos grupos mais numerosos que habitam o Brasil, com aproximadamente 37 mil pessoas, de acordo com o censo demográfico de 2010. Sozinhos correspondem a quase 50% de toda população de língua Jê, estando entre os cinco povos indígenas mais populosos no Brasil. Desenvolveram sua cultura aos arredores de pinheirais das regiões sul e sudeste do país, nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Desse modo, este estudo relata a trajetória da formação do coletivo de mulheres indígenas, como perspectiva de empoderamento no contexto daquela comunidade, que chega aproximadamente sete mil indígenas, conforme informações obtidas na Prefeitura do município de Tenente Portela(RS). Em vista das alterações no curso histórico-cultural destas populações – provocadas principalmente pelo avanço e pressões de uma sociedade que pouco compreende o modo de vida indígena – e com o propósito de contribuir com o resgate cultural e permanência de seus hábitos alimentares, participação social e melhor qualidade de vida, as mulheres indígenas, tem suas preocupações voltadas às questões alimentares, ao empoderamento das indígenas, na perspectiva de dar continuidade às questões culturais e modos de vida, com autonomia, buscando espaços para serem ouvidas e reconhecidas como protagonistas de suas vivências.

Partindo deste pressuposto, busca-se descrever como as mulheres indígenas se organizam, reivindicam espaços, articulam-se na esfera pública e privada para lutarem por igualdade, representatividade e melhores condições de vida. Para Santos (2013) a entrada das mulheres indígenas na arena política em prol de maior autonomia é um processo complexo. Para este estudo, considera-se o tipo de apoio e alianças que tem estabelecido na comunidade, e também, as demandas construídas conjuntamente. Desta forma, ao participar mais ativamente de um campo



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

exclusivamente masculino, como é o da política indígena, precisa elaborar continuamente a inserção de gênero e negociar com diferentes atores para que haja a garantia da participação e aceitação nestes espaços.

2 Estrutura Teórica

2.1 Papéis da Mulher Indígenas Kaingang

Historicamente as questões de gênero são bastante influentes entre os povos indígenas. Essas diferenças se tornam mais explícitas nas relações de poder, papéis sociais, tarefas, direitos e responsabilidades. Nesse contexto são conferidas às mulheres indígenas atribuições específicas, como na criação dos filhos, cuidados com a casa e o trabalho na roça. Essa perspectiva vem mudando e hoje o papel exercido pelas mulheres é de grande relevância social, econômica, familiar e até política. Suas contribuições são fundamentais na manutenção da estrutura familiar, na produção de alimentos, na preservação da cultura, políticas públicas etc.

O que se observa nas Terras Indígenas (TI), a importância das mulheres na geração de renda familiar, através da comercialização do artesanato e o trabalho dentro e fora da aldeia, inclusive atuando em espaços diferentes dos da tradição cultural. Conforme afirma Claudino (2015, p. 20), as mulheres indígenas contribuem ativamente no sustento familiar:

Muitas vezes são as mulheres que buscam a sustento e a sobrevivência da família por meio de roças familiares, da confecção e venda de artesanato em cidades e feiras, da prestação de serviços temporários em casas de famílias, junto a produtores rurais e empresas diversas, como em frigoríficos, do trabalho como funcionárias públicas na educação e saúde etc. Possuem como estratégia o empenhar-se na proteção ou reestabelecimento do equilíbrio entre a extração e a regeneração dos recursos naturais e renováveis.

As mulheres também são consideradas protagonistas na educação dos filhos, bem como, na manutenção e disseminação da cultura, nas tradições, nos saberes e nos rituais Kaingang. Na organização social do povo Kaingang, a maior parte da educação dos filhos é de responsabilidade das mães. São responsáveis no processo da educação das crianças ensinamentos da cultura. Este



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

aprendizado pode ser constatado em momentos no convívio social Kaingang e no cotidiano familiar junto da mãe, como acontece no momento que a criança acompanha a preparação de comidas típicas ou mesmo praticando. Um exemplo dos alimentos típicos do Kaingang é o *fuva*, que é um tipo de verdura encontrada no mato. Outro é o *ẽmĩ*, um bolo de milho assado sob as cinzas do fogo de chão. Momentos que as crianças também participam desde buscar o milho nas roças para ralar e fazê-lo.

Outro momento de aprendizado é na confecção do artesanato, que acontece desde a busca das matérias-primas, preparo das mesmas até a confecção das peças. A criança ajuda na raspagem da taquara e em outras etapas da confecção. Com a mãe ela lava roupa, aprende histórias contadas e ensinadas pelas avós de como são os afazeres da casa. A criança aprende não como serviço forçado, mas sim, como um aprendizado espontâneo. As mulheres também estão conquistando seu espaço na busca do conhecimento, formação acadêmica e profissional, adquirindo habilidades, competências e capacidades intelectuais. Ao longo do tempo as mulheres Kaingang buscam sua autonomia poder de relacionar-se entre as pessoas. Definem-se através de seus comportamentos, atitudes, trabalhos e interesses na sociedade pública (Claudino, 2015. p. 25).

Segundo Grubits (2014) é crescente o número de mulheres que buscam as universidades, onde na maioria dos casos, elas mantem contato regular com sua comunidade. Tendo o cuidado de manter suas tradições, e também contribuem para facilitar o ingresso de outros membros da família no ensino superior, demonstrando sua influência perante seu povo.

2.2 Mobilizações das mulheres indígenas brasileiras na luta por direitos

As mulheres indígenas brasileiras por muito tempo foram vítimas de diversos preconceitos, violência, humilhação, discriminação e desrespeito, não sendo vistas nem reconhecidas socialmente, inclusive na comunidade indígena a qual pertenciam. Apesar das circunstâncias, a mulheres mostraram garra e perseverança na luta por seus direitos e na conquista por seus espaços. As mulheres indígenas Kaingang, têm se organizado e unido forças por meio de grupos, movimentos sociais, associações e departamentos, de modo que suas vozes sejam ouvidas seus direitos de



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

cidadania. Para Santos (2013, p. 01) as indígenas estão buscando seus direitos das mais diversas formas.

Quando buscam organizarem seus próprios espaços, sejam eles independentes, como organizações de mulheres indígenas ou ligados a departamentos dentro de organizações indígenas, já existentes, essas mulheres estão caracterizando novos espaços de representação política. Iniciado o processo de organização, tem-se além das próprias motivações das mulheres (busca por igualdade, representatividade, melhores condições de vida), o apoio e incentivo de instituições internacionais, como por exemplo, acontece com algumas organizações indígenas do Brasil.

As indígenas estão engajadas na luta em prol de trabalho, geração de renda, educação, saúde, autonomia, respeito, igualdade entre outros direitos. O movimento das mulheres paulatinamente ganha visibilidade e vem assumindo o papel de líderes para defender o que preconiza a Legislação Brasileira, em especial a Constituição cidadã de 1988. O caput do artigo 231 da referida Constituição expressa: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens." (Brasil, 1988, p. 133). As mulheres lutam para que as políticas públicas sejam instituídas, que através delas, possam reivindicar seus direitos territoriais, a demarcação das terras, que no passado, pertenciam a seu povo. Na organização das mulheres kaining, batalham por justiça social, coíbem todas as formas de violências e preconceitos. Outros aspectos que emanam das vozes das mulheres se relacionam a exploração da mão de obra, por uma saúde de qualidade e diferenciada, por educação para as crianças, e, que lhes sejam devolvidos o respeito e a dignidade, além do lugar que lhes foi usurpado desde a colonização (Kaus & Perruzo, 2012, p. 37).

As mulheres têm participado dos mais diversos espaços de discussões, influenciando nas tomadas de decisão de seu povo e na sociedade em geral. Para Sacchi (2003) as indígenas têm participado, cada vez mais, de encontros, oficinas e conferências nacionais e internacionais promovidos pelas organizações indígenas e não indígenas, visto que isto tem lhes proporcionado troca de experiências, crescimento e fortalecimento dos grupos. Conforme Kaus e Perruzo (2012) as próprias mulheres indígenas estão tomando a palavra em sua defesa, tornando-se visíveis para a



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

sociedade contemporânea. Elas estão colocando no papel o que até então ficava somente na oralidade.

De acordo com Castilho et al. (2008) na Região Sul, as mulheres indígenas têm participado de reuniões de planejamento com órgãos governamentais e suas principais reivindicações tem sido no sentido da ampliação do apoio da produção e comercialização do artesanato; construção e infraestrutura para funcionamento de padarias; cursos e salas de costuras; capacitação para as associações comunitárias, além de outras reivindicações referentes a realidade local.

Apesar de todas as conquistas obtidas até então, a violência contra as mulheres indígenas é uma realidade que desafia as políticas públicas. “As mulheres são vítimas constantes de violência, sendo os casos mais comuns as agressões físicas em situação de embriaguez do companheiro ou outras pessoas da família, estupros entre outras tantas (Castilho et al., 2008, p. 52)”. Nesse sentido, há a necessidade de reconhecimento e proteção da mulher indígena brasileira. “O Estado brasileiro tem demonstrado ações ainda muito incipientes voltadas para a mulher indígena. São ações pulverizadas entre os ministérios, e muitas vezes, embora tenham como um de seus alvos as mulheres indígenas (Castilho et al., 2008, p. 39)”.

Para Sparemberger e Colaço (2008) é necessário que a sociedade nacional e internacional se comprometa a assegurar e valorizar em especial as mulheres indígenas, dando oportunidades de trabalho, reconhecimento à sua identidade, bem como a divulgação e efetivação e aplicação prática de seus direitos como mulher e como integrante das comunidades indígenas.

Os povos indígenas afligidos pela colonização, racismo, preconceito e intolerância, mantêm suas origens e bravamente lutam pela terra, igualdade e justiça. É necessário enfatizar que as mulheres indígenas muitas excluídas socialmente, devem ser reconhecidas, respeitadas e empoderadas, para que diferenças sejam minimizadas e a cidadania assegurada.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

3 Metodologia

O presente estudo classifica-se como descritivo. De acordo com Gil (2008) os estudos descritivos possuem como objetivo principal apresentar as características de determinada população ou fenômeno. Cervo, Bervian e Silva (2007) observam que a pesquisa descritiva analisa e correlaciona fatos e fenômenos sem manipulá-los. Procura apontar a frequência com que o fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características.

Quanto à abordagem, classifica-se como qualitativa, pois para a coleta de dados se utilizou relatórios, consulta a documentos, participação em encontros, reuniões e eventos, além de outros dados disponíveis da população indígena, onde a sua interpretação descreve os fatos observados.

O local do estudo compreendeu a Terra Indígena Guarita/RS-Brasil, situada na região norte do Estado do Rio Grande do Sul, pertencente à divisão territorial brasileira do território da Cidadania Noroeste Colonial. Utilizou-se como critério de escolha, a Terra Indígena que apresenta organização social por parte das mulheres, considerando que o no Território mencionado, existe outra Terra Indígena. Para a análise e interpretação dos dados, foi utilizado o método análise de conteúdo que se constitui em um conjunto de técnicas utilizadas permitem a apreciação das comunicações e fornecem informações suplementares (Bardin, 2011).

4 Análise e discussão

O governo federal brasileiro, nas últimas décadas, vinha propondo ações de desenvolvimento rural para os espaços da produção e convivência da agricultura familiar do país. Desde 2004, definiu o mapeamento de atuação em territórios, sendo que, na sua fase inicial, enfocaram a questão rural. Já a partir do ano de 2008, os territórios rurais migraram para a denominação de territórios da cidadania, isso determinado pelo Índice de Desenvolvimento Humano, partindo-se das necessidades identificadas nesses índices, como carentes de políticas públicas de inclusão social. A partir de 2009, o governo passa a organizar chamadas públicas para identificar estruturas de pesquisa e ensino, com objetivo de organizar núcleos de extensão que pudessem contribuir com as políticas dos territórios rurais ou da cidadania. No ano de 2014, uma



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

nova chamada foi ofertada para a participação de universidades públicas, sendo que a UFSM Campus situado no município de Palmeiras das Missões concorreu, obtendo aprovação em sua proposição, implementando desta forma, o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), que desenvolveu atividades em 34 municípios.

A implementação e manutenção de um Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), conforme chamada pública 11/2014 – CNPq/MDA/SPM, apoiando as iniciativas, no âmbito do Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável do Desenvolvimento Solidário e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres do meio rural, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que representou condição importante de melhor aproximar a Universidade da realidade regional, uma vez que no Território Noroeste Colonial, localiza-se duas Terras indígenas da Etnia Kaingang, sendo a maior do Estado, tanto em população quanto em área.

As ações iniciais do NEDET foram de levantamento de dados sobre a composição do Colegiado, identificar os agentes sociais participantes, documentação, levantamento de projetos liberados, análise dos indicadores territoriais de 2010, com o objetivo de conhecer a realidade de atuação. Como a chamada pública tem um eixo específico para as questões de gênero, o trabalho de articulação de reuniões no território iniciou com grupos de mulheres rurais, indígenas e também mulheres que residem na área urbana.

Com vistas a uma efetiva participação, foram feitas duas reuniões para escolher representantes da sociedade civil e do governo. Após aconteceu uma terceira reunião para a consolidação do Comitê Territorial de Mulheres, o qual integrou o colegiado territorial com a participação de 25 mulheres.

Dentre as componentes do Comitê Territorial de Mulheres, havia duas mulheres indígenas, onde levantaram a possibilidade da criação de um coletivo de mulheres indígenas, para que pudessem discutir assuntos que despertasse a autonomia das mulheres indígenas, que trouxesse informação sobre diversas áreas, pois relataram que havia a necessidade de aproximação das mulheres com os aspectos mais políticos da comunidade. A partir desta demanda, iniciou-se o trabalho de aproximação com a comunidade indígena, exclusivamente com as mulheres indígenas.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Porém, antes de iniciar os encontros foi necessária a autorização por escrito da liderança indígena (Cacique), para que o grupo pudesse realizar os encontros.

Para percorrer o caminho da criação do coletivo de mulheres indígenas, foi imprescindível a união de conhecimentos, vivências e experiências de grupos e pessoas que já haviam participado de ações semelhantes. Neste sentido, a equipe de assessores do NEDET, que já vinha compartilhando ações com outros Núcleos de extensão da UFSM, principalmente com a coordenação do Projeto de Extensão em Desenvolvimento Sustentável, iniciou uma série de encontros na comunidade indígena com o propósito de criar, legalmente, o coletivo de mulheres indígenas e identificar os objetivos do coletivo e qual o papel na comunidade.

Primeiramente, nos meses de junho e julho de 2016, foram realizados encontros de formação com alguns dados de outros coletivos já existentes no Brasil, também foram levantadas as demandas das mulheres presentes nas reuniões e também o que elas esperavam para o futuro das jovens meninas indígenas. Em agosto de 2016, mediante lideranças indígenas, representantes de instituições de ensino regionais e outras entidades apoiadores, foi instituído o Coletivo de Mulheres Indígenas, composto por uma coordenação, conselho fiscal e deliberativo, que tem como nome: Coletivo Mulheres Indígenas Fortes Da Guarita.

O objetivo da criação do coletivo é dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas mulheres indígenas na produção de alimentos agroecológicos e de sustentabilidade das famílias, com vistas à soberania e segurança alimentar de toda a comunidade; buscar informações sobre projetos de desenvolvimento local que envolva as mulheres; formação política e participação democrática nas instâncias da comunidade como também, no município de pertencimento.

A partir de sua criação, o Coletivo passou a ter participação em algumas organizações, tais como: cooperativas de produção, direção do Colegiado de Desenvolvimento Territorial, Conselho de Alimentação Escolar, entre outras. Neste sentido, os resultados obtidos até o momento corroboram com a visão Kaus e Peruzzo (2012) onde colocam que as mulheres indígenas assumem o papel de líderes para defenderem e adquirirem direitos para seu povo. Apesar de esta iniciativa ser incipiente, percebe-se interesse das lideranças indígenas masculinas em proporcionar para as mulheres espaços de liderança.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Para dar visibilidade ao Coletivo, a coordenação, juntamente com instituições apoiadoras, organizou o primeiro Encontro Estadual das Mulheres Indígenas, que ocorreu em outubro de 2017, na Terra indígena Guarita, com a participação de mulheres de diversas terras indígenas do Estado do Rio Grande do Sul. Além do público composto pelas mulheres, o evento que teve duração de dois dias consecutivos, agregou lideranças locais regionais, onde se cedeu um espaço de diálogo intercultural, de aprendizagem e trocas de experiências que fortalecem e oportunizam espaços democráticos de fundamental importância para o empoderamento das mulheres.

No decorrer do ano de 2016 e 2017 foram realizadas reuniões com a participação das integrantes da coordenação do coletivo para fins de estudos sobre temas específicos como: etnicidade, pertencimento, políticas públicas, entre outros. O objetivo dos encontros foi de levar informações ao grupo como forma de formação social. Também foram levantadas demandas de projetos de desenvolvimento local da comunidade, tais como: quintais produtivos, padaria comunitária, sala de costura e produção de roupas para a comunidade. Outra perspectiva levantada foi à produção de panificados para serem consumidos nas escolas indígenas. Isso poderia gerar a complementação de renda para as mulheres indígenas.

Como contribuição à economia da comunidade e também ao Território a que pertencem, as mulheres desempenham um papel crucial: elas melhoram o desenvolvimento agrícola e rural, melhoram a segurança alimentar e contribuem para reduzir o nível de pobreza local. Motivadas pela melhoria na qualidade de vida de seu povo, as mulheres se sentem desafiadas a lutar por espaços e construir alternativas de forma sistemática, buscando espaços de construção social e visibilidade na organização coletiva.

5 Considerações finais

O processo organizativo das mulheres, ao que se percebeu, passou a ser de forma política e econômica, ao passo que se constrói alternativas de geração de renda e inclusão social, apesar de ainda ter impacto limitado. Observa-se que os principais desafios e objetivos das mulheres indígenas, pautam na defesa dos direitos da família, especialmente o das mulheres, a luta por justiça e igualdade, a busca por qualidade de vida na comunidade, e isso, ao que se percebeu, perpassa pelo



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

acesso a educação, saúde e alimentação, a busca pelo acesso a políticas públicas que visam à sustentabilidade que garantam a gestão dos recursos naturais, a equidade de gênero, recuperação de terra e desenvolvimento econômico através da geração de renda com a venda do artesanato e alimentos produzidos para o consumo de suas famílias e comercialização do excedente.

Manter a cultura viva e gerar oportunidade de participação para as mulheres é o foco principal da organização das mulheres indígenas, corroborando com Kaus e Perruzo (2012) quando falam que as mulheres indígenas assumem o papel de líderes para defenderem e adquirirem direitos para seu povo. Elas lutam para que políticas públicas sejam construídas e implementadas na forma de leis que coíbem todas as formas de violências, abusos sexuais, exploração da mão de obra e preconceitos. Por fim, a forma organizativa das mulheres indígenas vem ao encontro nas necessidades de respeito, dignidade e reconhecimento pelo seu trabalho.

Referências

- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. 3. Ed. Lisboa: Edições 70.
- Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado 1988.
- Castilho, E. W. V., Paula, L. R., Freitas, M. I., Verdum, R., Souza e Silva, S. E. & Kaxuyana, V. P. P. (2008). *Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas*. Brasília: Inesc. 98 p. Recuperado de file:///C:/Users/Usuario/Desktop/LIVRO%20MULHERES%20INDIGENAS1.pdf.
- Cervo, A. L., Bervian, P. A., & Silva, R. (2007). *Metodologia Científica*. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- Claudino, C. (2015). O Papel Social da Mulher Kaingang da Terra Indígena Guarita. 62f. Monografia - *Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica*. Universidade Federal de Santa Catarina. Recuperado de <http://licenciaturaindigena.ufsc.br/files/2015/04/Cleci-Claudino.pdf>.
- Gil, A. C. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- Grubits, S. Mulheres Indígenas Brasileiras: Educação e Políticas Públicas. (2014) . *Revista Psicologia & Sociedade*, Campo Grande, MS 26(1) p. 116-125. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n1/13.pdf>.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

- Santos, H. N. (2013). *Mulheres Indígenas Organizai-vos: Estudo comparativo sobre organizações de indígenas no Paraguai, Brasil e Bolívia (1960-2008)*. In: *ANAIS XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*. Natal.
- Kauss, V. L. T & Peruzzo, A. (2012). A Inserção da Mulher Indígena Brasileira na Sociedade Contemporânea através da Literatura. 2012. *Revista Espaço Ameríndio*, Porto Alegre 6(2), p.32-45, jul./dez. Recuperado de <http://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/31868/23619>.
- Sacchi, A. (2003). *Mulheres Indígenas e Participação Política: A Discussão de Gênero nas Organizações de Mulheres Indígenas*. 2003. *Revista Antropológicas*, Recife, v. 14(1e2). n 7, 95-110. Recuperado de <http://www.revista.ufpe.br/revistaantropologicas/index.php/revista/article/view/22>.
- Sparemberger, R. F. L. & Colaço, T. L. (2008). O direito das minorias na Constituição Brasileira: o papel das mulheres indígenas na preservação ambiental de suas comunidades. In: *ANAIS CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI*, Florianópolis.